

Museologias a serviço da diferença e linguagem de especialidade: Uma revisão integrativa sobre as ressonâncias do termo diferença na Sociomuseologia¹

Clovis Carvalho Britto²

Museologies at the service of difference and specialty language: An integrative review on the resonances of the term difference in Sociomuseology

Introdução

Se para os humanistas o “um” é o universo, para nós só há “um” porque há mais de um. Percebemos uma diferença entre ser “um” e ser único, enquanto para eles, o “um” e o único são a mesma coisa. Quando dizemos “globo”, estamos englobando e, ao mesmo tempo, reconhecendo as individualidades que existem dentro do globo. Essa é uma questão germinante, que precisa ser tratada e cultivada.

Antônio Bispo dos Santos (2023, p. 32)

Este artigo tem por objetivo realizar uma revisão integrativa de literatura sobre as ressonâncias do termo diferença no âmbito da Sociomuseologia. O intuito é compreender as configurações de alguns aspectos da linguagem de especialidade na Sociomuseologia, visualizada como uma Escola de Pensamento³ surgida em Lisboa, desde 1989 na Universidade Autónoma de Lisboa e, a partir de 1991, no atual Departamento de Museologia da Universidade Lusófona, sob a liderança do museólogo português Mário Caneva Moutinho.

Portanto, compreendo a Sociomuseologia nos termos apresentados por Hugues de Varine (2019), como “uma disciplina acadêmica, de origem luso-brasileira” (p. 147). Nesse sentido, é possível perceber a configuração de uma Escola de Pensamento e, ao mesmo tempo, uma cultura lusófona impactando os paradigmas das Museologias, na presença marcante do pensamento de Mário Moutinho e Paulo Freire, no delineamento de reflexões e práticas da Nova Museologia; e em um grupo de intelectuais portugueses e brasileiros, cuja ‘constelação de compromissos’ é articulada nas ações da Universidade Lusófona, em Lisboa.

Entendo a linguagem de especialidade conforme as orientações de Juan Sager, David Dungworth e Peter McDonald (1980) quando delinearam como linguagem que indica possibilidades de emprego de termos

¹ Artigo resultante da pesquisa homônima desenvolvida no Pós-Doutoramento em Museologia da Universidade Lusófona (2023) sob a supervisão da professora Dra. Judite Santos Primo.

² Doutor em Museologia pela Universidade Lusófona. Professor no curso de Museologia e no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília. ID Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6267-544X>. E-mail: clovisbritto@unb.br

³ No entendimento de Maria Cristina Bruno (2020), consiste “no trabalho que tem sido edificado na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Portugal - ULHT. Trata-se da importância do registro acadêmico sistemático das novas ideias e experimentações que privilegiam a projeção social da aplicação da Museologia” (p. 39).

e conceitos, resultado de determinados consensos no campo científico e tecnológico e que é alterada pela criação de novas teorias ou pelo surgimento de novos fenômenos. Destaquei, em outra oportunidade (Britto, 2021), que no caso da Sociomuseologia isso se complexifica quando reconheço a necessidade de análises pautadas na Socioterminologia (Faulstich, 2006), privilegiando a variação lexical/terminológica a partir dos impactos das transformações sociopolíticas e das diferentes práticas museológicas comunitárias nas configurações/tensões de seu repertório. Portanto, a própria linguagem de especialidade na perspectiva sociomuseológica reverbera variações terminológicas decorrentes de uma multiplicidade de discursos em diferentes contextos ou em um mesmo contexto.

De acordo com Mario Moutinho (2007), a Sociomuseologia “assume-se como uma nova área disciplinar que resulta da articulação entre a demais áreas do saber que contribuem para o processo museológico contemporâneo”, concluindo que “entre o paradigma do Museu ao serviço das coleções e o paradigma do Museu ao serviço da sociedade está o lugar da Sociomuseologia” (p. 3). Do mesmo modo, evidencia “que desde então tem contribuído para o reconhecimento dentro da **museologia do direito à diferença**” (Moutinho, 2014, p. 5, grifos meus).

Nos últimos anos tenho demonstrado interesse na compreensão de como essa “Museologia do direito à diferença” tem conformado aquilo que denominei de Museologias Indisciplinadas (Britto, 2019). Para tanto, reconheço “[...] a Sociomuseologia, enquanto uma Escola de Pensamento que investiga as ressonâncias dos museus e processos museológicos comunitários a partir da valorização das diferenças culturais” (Britto, 2021, p. 44).

Nesse aspecto, assim como Judite Primo e Mário Moutinho (2012) compreendem que “para pensar o Ensino da Museologia é, pois, necessário esclarecer primeiro qual conceito de Museu e de Museologia que esse ensino pretende servir” (p. 2), penso ser fundamental a problematização de como o conceito de diferença vem sendo mobilizado neste ensino. Isso é relevante quando se reconhece que os conceitos “expressam diferentes formas dos museus se posicionarem no mundo contemporâneo” e que “importa referir, no entanto, que a aceitação deste direito à diferença implica naturalmente também mudanças na formação” (Primo & Moutinho, 2012, p. 3-4).

Essas problematizações aprofundariam o argumento apresentado em minha tese de doutoramento em Museologia, quando percebi uma mudança de paradigma pautada em “museus à serviço da diferença”:

O museu a serviço da diferença – caracterizado por tendências de pensamento pós-estruturalistas e decoloniais, reconhecido como paradigma da ‘Museologia Social’ e que tem na Sociomuseologia uma de suas principais Escolas de Pensamento. Paradigma centrado na triangulação entre temas/problemas, territorialidades/desterritorialização e protagonistas sociais/grupos de interesse (Britto, 2019, p. 105).

Percebo uma mobilização na Sociomuseologia de perspectivas pautadas na chamada “Filosofia da diferença” (Delleuze, 2006; Peters, 2000) e nas epistemologias decoloniais (Grosfoguel, 2008; Mignolo, 2008; Britto; Pereira & Teixeira, 2023). Judite Primo e Mário Moutinho (2021) reconhecem, por exemplo, que este seria “um dos desafios da Sociomuseologia, assumindo-se como uma Escola de Pensamento decolonial, insurgente e conectada com as problemáticas humanas e patrimoniais da contemporaneidade” (p. 36). Compreendem, nessa perspectiva, que “a Sociomuseologia tem vindo a assumir a decolonialidade como uma possibilidade de atuar pelo reconhecimento daqueles que foram subalternizados ao longo da história” (p. 35).

Essa investigação coaduna, desse modo, com uma das preocupações da Sociomuseologia, visto que “a abertura do museu ao meio e a sua relação orgânica com o contexto social que lhe dá vida, têm provocado a necessidade de **elaborar e esclarecer relações, noções e conceitos** que podem dar conta deste processo” (Moutinho, 2007, p. 1, grifos meus). Portanto, acredito ser necessário compreender as diferentes formas como a Sociomuseologia tem mobilizado o termo e o conceito de diferença na constituição de sua linguagem de especialidade, se de forma naturalizada ou evidenciando distintas tendências de pensamento que traduziriam o reconhecimento do direito à diferença como uma das singularidades da Museologia Social.

Museus e Museologias a serviço da diferença

O interesse pela linguagem de especialidade construída no âmbito da Museologia e, especificamente, da Sociomuseologia, surgiu nos estudos que resultaram em minha tese de doutoramento (Britto, 2019). Desde aquele momento me inquietava o desejo de perceber quais os principais termos mobilizados por essa Escola de Pensamento.

Suely Cerávolo (2004), quando investigou a instituição da Museologia enquanto um campo científico e reconheceu um “problema da terminologia” como um dos principais dilemas dos primeiros integrantes do Icofom, contribuiu para minhas reflexões: “resvalou de início com dificuldades no uso das palavras, fato a se notar quando se tem em mente perscrutar a área da perspectiva conceitual e terminológica uma vez que, para o funcionamento de todas as ciências, as designações e relações formais entre conceitos e termos são vitais.” (p. 264). Segundo a pesquisadora, o emprego das palavras consiste em um dos empecilhos para a sistematização da área, visto que os significados mudam de um texto para outro, tratando-se de um drama conceitual.

Para Suely Cerávolo e Maria de Fátima Tálamo (2008) esses debates acompanharam a conformação de diferentes teorias no campo da Museologia, cuja terminologia mobilizada foi impactada pelas transformações promovidas no campo museal nas últimas décadas do século XX: “Para fins terminológicos, conclui-se que a proposição do conceito Museologia supõe necessariamente o rompimento com a circularidade gerada pelo encontro contínuo entre Museologia e a instituição museu” (p. 12-14)

Apesar de ainda persistir o que Suely Cerávolo (2004) definiu como um drama conceitual no campo da Museologia, em especial após a desvinculação do museu como seu único objeto de estudo, é possível reconhecer os impactos da Nova Museologia e da Museologia Social no delineamento de uma linguagem de especialidade desse campo do conhecimento. Para a autora, a Nova Museologia e a Ecomuseologia “propõem um outro deslocamento voltado para a noção de patrimônio extenso, no entanto, ele não pode ser abordado como tema e sim como termo integrado ao conceito museologia” (p. 16).

Em leitura similar, acredito ser necessário examinar os impactos das epistemologias da Museologia Social e o modo como a Sociomuseologia, como Escola de Pensamento, também impactariam as configurações de uma linguagem de especialidade para o campo museológico (Britto, 2020). Nessa ordem de ideias, reconheço a Museologia Social como um novo paradigma que promove uma ruptura epistemológica, implicando em uma mudança de concepção de mundo e dos compromissos da pesquisa.

A Museologia Social como um novo paradigma ou como um paradigma emergente nas Museologias reverberou no campo científico, evidenciando uma constelação de crenças, valores e protocolos de leitura partilhados, de compromissos de uma dada comunidade científica. Portanto, a mudança paradigmática consiste na afirmação da reconstrução dos compromissos de um grupo: “mas não necessita ser uma grande mudança, nem precisa parecer revolucionária para os pesquisadores que não participam da comunidade” (Kuhn, 2007, p. 227). Isso porque, conforme sublinhou Thomas Kuhn (2007), os paradigmas determinam grandes áreas da experiência: “somente após a experiência ter sido determinada dessa maneira que pode começar a busca de uma definição operacional ou de uma linguagem de observação” (p. 167).

É justamente por considerar a importância de investigar as “definições operacionais” ou a “linguagem de observação” mobilizadas pela Sociomuseologia, que é fundamental compreender como as/os pesquisadoras/es têm elaborado alguns termos e conceitos. Isso é relevante quando observo o argumento de Mario Moutinho (2014) ao afirmar que a “Sociomuseologia expressa uma prática museológica multifacetada, onde coexistem conceitos que expressam desafios e objetivos que ganharam forma em tempos diferentes, e deram voz a diferentes estratos sociais e a diferentes projetos sociais” (p. 7, grifos meus).

Por essas razões, creio ser relevante privilegiar a análise terminológica e o campo nocional da Sociomuseologia, visando aproximar das estratégias teórico-epistemológicas dessa prática museológica multifacetada e, em especial, compreender as ressonâncias que a singularizaram:

No contexto mais amplo dos processos contemporâneos de globalização econômica e cultural a Sociomuseologia confronta-se com as questões de hibridação cultural e novas lógicas do que hoje podemos entender como comunidades e novas territorialidades. As noções de cultura, patrimônio, memória, comunidade, educação, participação, **diferença**, processo museal, diversidade e

territorialidade, tão caras à sociomuseologia, precisam ser (re) desenhadas e (re)contextualizadas à luz de uma perspectiva crítica para que se possa enfrentar problemas contemporâneos (Chagas, Primo, Assunção & Storino, 2020, p. 75, grifo meu).

Nesse aspecto, como uma das características que identifiquei na compreensão do paradigma da Museologia Social consiste em uma perspectiva museológica “a serviço da diferença”, impactada pelos referenciais pós-estruturalistas e pelas epistemologias decoloniais (Britto, 2019), creio ser oportuno aprofundar a investigação com o intuito de perceber como a diferença, enquanto termo e conceito, tem sido mobilizada, problematizando as especificidades e os desafios dessa configuração⁴. Isso ganha força no âmbito da Sociomuseologia, no intuito de perceber alguns termos atratores e quais os principais conceitos mobilizados.

A compreensão do reconhecimento da diferença nos museus ou de uma Museologia a serviço da diferença pode ser visualizada em documentos como as disposições do Atelier de Québec, em 1984. Conforme destacou Mario Moutinho (2014), um dos objetivos do Atelier era “estimular novas práticas museológicas reconhecendo o direito à Diferença, por oposição à ideia corrente de Museu dominante” (p. 3), concluindo que, em resumo, “a Declaração de Québec, o Atelier 1984 e a criação do MINOM deve ser entendida como um todo coerente, que desde então tem contribuído para o reconhecimento dentro da museologia do direito à diferença” (Moutinho, 2014, p. 5).

Seguindo essa interpretação, identifiquei que o protagonismo da diferença no campo museológico se caracterizava majoritariamente por tendências de pensamento pós-estruturalistas, pós-coloniais e decoloniais que sustentavam o paradigma da Museologia Social e que tem na Sociomuseologia uma de suas principais Escolas de Pensamento (Britto, 2019).

No caso da Museologias trata-se inicialmente de um desafio pensar sob os pressupostos pós-estruturalistas da “filosofia da diferença” (Deleuze, 2006; Peters, 2000) em um campo que ainda se estrutura:

Encontramo-nos, pois, diante de duas questões: qual o conceito de diferença – que não se reduz a simples diferença conceitual, mas que exige uma ideia própria como uma singularidade na ideia? Qual é, por outro lado, a essência da repetição – que não se reduz a uma diferença sem conceito, que não se confunde com o caráter aparente dos objetos representados sob um mesmo conceito, mas que, por sua vez, dá testemunho da singularidade como potência da ideia? (Deleuze, 2006, p. 54).

Talvez, por essas e outras razões, a diferença nos museus e a diferença nas Museologias consistam em uma importante arena discursiva. Ousar colocá-las em evidência constitui em um gesto político, especialmente partindo de uma política do cotidiano que combata os silenciamentos e estimule o convívio nem sempre harmonioso de vozes dissonantes, paradoxais e controversas, segundo éticas, lógicas e agenciamentos próprios.

Mais recentemente as epistemologias decoloniais também têm impactado o campo da Sociomuseologia, em especial a partir dos conceitos de interculturalidade, bem-viver e diferença colonial (Cf. Britto, Pereira & Teixeira, 2023). Evidenciam, assim, Museologias Indisciplinadas, adeptas à valorização das diferenças e pautadas em ações afirmativas na contramão das práticas convencionais, inseridas no debate que se posiciona contra os fundamentalismos e contra a defesa de uma única perspectiva epistêmica:

As fronteiras não são somente este espaço onde as diferenças são reinventadas, são também *loci* enunciativos de onde são formulados conhecimentos a partir das perspectivas, cosmovisões ou experiências dos sujeitos subalternos. O que está implícito nessa afirmação é uma conexão entre o lugar e o pensamento. Todavia, é preciso distinguir o lugar epistêmico e o lugar social. O fato de alguém se situar socialmente no lado oprimido das relações de poder não significa automaticamente que pense epistemicamente a partir do lugar epistêmico subalterno. Justamente, o êxito do sistema-mundo moderno/colonial reside em levar os sujeitos socialmente

⁴ Essas reflexões são necessárias para o delineamento de pesquisas futuras que evidenciem, por exemplo, o modo como os termos diferença e diversidade têm sido mobilizados no âmbito das Museologias, em especial, na Sociomuseologia.

situados no lado oprimido da diferença colonial a pensarem epistemicamente como aqueles que se encontram em posições dominantes. Em outras palavras, o que é decisivo para se pensar a partir da perspectiva subalterna é o compromisso ético-político em elaborar um conhecimento contra-hegemônico. Afirmar o *locus* de enunciação significa ir na contramão dos paradigmas eurocêtricos hegemônicos que, mesmo falando de uma localização particular, assumiram-se como universais, desinteressado e não situados. O *locus* de enunciação não é marcado unicamente por nossa localização geopolítica dentro do sistema mundial moderno/colonial, mas é também marcado pelas hierarquias raciais, de classe, gênero, sexuais etc. que incidem sobre o corpo. (Costa & Grosfoguel, 2016, p. 19)

Segundo Ramón Grosfoguel (2008) é necessário reconhecer que o lugar de enunciação e o corpo que produz a autoria epistêmica questionam a desvinculação dos agentes produtores de conhecimentos do seu lugar geo-corpo-político. A importância consiste na visualização do lugar geopolítico e corpo-político do sujeito que fala, rompendo com o conhecimento eurocentrado que desvinculou o lugar epistêmico étnico-racial/sexual/de gênero e o sujeito enunciador. O foco na corpo-geopolítica do conhecimento (Grosfoguel, 2007) explicita os marcadores sociais da diferença, demonstrando as feridas e as diferenças coloniais:

A diferença colonial é um conector que, em resumo, se refere aos perfis em mutação das diferenças coloniais através da história do sistema-mundo moderno/colonial e traz para primeiro plano a dimensão planetária da história humana silenciada por discursos centrados na modernidade, pós-modernidade e civilização ocidental (Mignolo, 2020, p. 192).

Na proposta decolonial existiriam Museologias (no plural, em perspectiva pluriversalista) e essa leitura reconhece múltiplas possibilidades a partir de uma desobediência epistêmica (Mignolo, 2008). De acordo com Marcele Pereira (2018), a Museologia Decolonial “visa, por meio da práxis, instrumentalizar o fazer e o pensar do campo da museologia social com vistas a transformação das estruturas sociais em perspectiva decolonizadora, insurgente e transgressora da prática museal e museológica hegemônica” (p. 19).

Neste contexto a Sociomuseologia tem vindo a assumir a decolonialidade como uma possibilidade de atuar pelo reconhecimento daqueles que foram subalternizados ao longo da história. Reconhecendo o papel político e a importância social que ocupam na sociedade, os sociomuseus e seus profissionais têm assumidos processos e ações que visam desconstruir as bases das matrizes dos poderes e saberes instituídos [...] Os exemplos desta atuação são variados, mas sustentados pela desobediência epistêmica, pela insurgência e conectados pela necessidade de criação de novos saberes, novas narrativas no universo da patrimonialização e musealização. Referimo-nos aos museus de povos originários, museus quilombolas, memoriais de povos de santos, museus de favelas, museus locais, museus comunitários, museus LGBT’s, memoriais que homenageiam os oprimidos, como as vítimas do holocausto, fascismo, ditaduras políticas, bem como instituições normativas que assumiram a discussão sobre a descolonização das suas coleções promovendo projetos, ações participativas e curatoriais que promovem a ressignificação e releitura das referências patrimoniais e museais. São no essencial, instituições que atuam em redes contra as diferentes expressões de intolerâncias. Museus e memoriais assumidos como ferramentas de reparação social e política (Primo & Moutinho, 2021, p. 36).

Não por acaso, Judite Primo e Mario Moutinho (2020) concluíram, ao mapearem os referenciais teóricos da Sociomuseologia e os impactos da Nova Museologia e da Declaração de Québec, que “se afirmava talvez o que de mais inovador tomava forma que era o reconhecimento do direito à diferença” (p. 24).

Essas epistemologias consistem em estratégias de ampliação e de resistência epistêmica mobilizadas cada vez mais pela Sociomuseologia, evidenciando aspectos nocionais, intervenções junto às comunidades a partir de processos museológicos e ações junto aos diversos movimentos sociais, eles

próprios, fruto das lutas em prol do direito à diferença ou da diferença de museus e de Museologias a serviço da diferença.

Procedimentos metodológicos

Para a realização da pesquisa que resultou neste trabalho mobilizei uma metodologia qualiquantitativa pautada na revisão integrativa de literatura. O intuito foi analisar o estado da arte de como o termo e os conceitos de diferença vêm sendo mobilizados no campo da Sociomuseologia e apresentar uma síntese do conhecimento já produzido sobre o tema.

Nesse aspecto, creio que a revisão integrativa permite uma amostragem ampla sobre como a Escola de Pensamento da Sociomuseologia tem operacionalizado conceitos e teorias em torno do reconhecimento do direito à diferença, sintetizando aspectos do conhecimento produzido e fornecendo indícios, “[...] permitindo a geração de novos conhecimentos, pautados nos resultados apresentados pelas pesquisas anteriores” (Botelho; Cunha & Macedo, 2011, p. 127).

Uma revisão integrativa é um método específico, que resume o passado da literatura empírica ou teórica, para fornecer uma compreensão mais abrangente de um fenômeno particular (Broome, 2006). Esse método de pesquisa objetiva traçar uma análise sobre o conhecimento já construído em pesquisas anteriores sobre um determinado tema. [...] O termo “integrativa” tem origem na integração de opiniões, conceitos ou ideias provenientes das pesquisas utilizadas no método. [...] O método de revisão integrativa é uma abordagem que permite a inclusão de estudos que adotam diversas metodologias (Botelho; Cunha & Macedo, 2011, p. 127).

Para tanto, a pesquisa seguiu as orientações de Louise Botelho, Cristiano Cunha e Marcelo Macedo (2011) que, conforme o Quadro 1, apresentam as etapas da revisão:

Quadro 1: Etapas da revisão integrativa de literatura

Etapas	Atividade
1	Identificação do tema e seleção da questão de pesquisa
2	Estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão
3	Identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados
4	Categorização dos estudos selecionados
5	Análise e interpretação dos resultados
6	Apresentação da revisão/síntese do conhecimento

Fonte: Louise Botelho, Cristiano Cunha & Marcelo Macedo (2011).

Como universo de análise privilegiei os textos (editoriais, artigos e documentos) publicados na revista *Cadernos de Sociomuseologia* (1993-2023)⁵ e as teses defendidas no doutoramento em Museologia da Universidade Lusófona (2008-2023) disponíveis no Repositório Científico Lusófona⁶ e no site do Departamento de Museologia da Universidade Lusófona⁷. A escolha da revista científica deve-se ao fato de ela ser, além do mais antigo periódico continuado de Museologia em língua portuguesa, um dos principais veículos de difusão da Sociomuseologia, em que se revela o “trabalho de formação e de conhecimento [...] desenvolvido na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias ao longo de uma dezena de anos” (Moutinho, 2019, p. 117). A revista “tem contribuído de forma permanente, dando apoio a formação em

⁵ Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/issue/archive>

⁶ Disponível em: <https://recil.ensinolusofona.pt/>

⁷ Disponíveis no sítio do Departamento de Museologia da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias: <http://www.museologia-portugal.net/apresentacao/apresentacao-departamento-museologia>

Sociomuseologia em geral e em particular aos programas de Mestrado e Doutorado na ULHT” (p. 215). Do mesmo modo, acredito que as teses de doutoramento defendidas no programa contribuem para a visualização, na longa duração, das principais linhas de força mobilizadas pela Sociomuseologia, suas recorrências e transformações. Nesses termos, a análise das teses propicia “compreender como está sendo estruturada a produção de conhecimento na área da Museologia, a partir das pesquisas desenvolvidas na ULHT, e a emergência da Escola de Pensamento da Sociomuseologia” (Biléssimo, 2020, p. 21-22).

A amostragem dos estudos pré-selecionados foi definida a partir da identificação do tema do reconhecimento do direito à diferença no âmbito da Sociomuseologia, tendo como descritor a palavra diferença (no singular e no plural, e em suas traduções em espanhol, francês e inglês) a partir da leitura criteriosa de todos os textos da amostra selecionada. A proposta teve como intuito categorizar os estudos visando compreender a polissemia do termo e suas distintas perspectivas teórico-epistemológicas enquanto atrator conceitual.

Além da revisão sistemática de literatura nos artigos e teses, li os livros do campo da Sociomuseologia publicados pelas Edições Universitárias Lusófonas⁸ e, em virtude dos resultados apresentados na pesquisa, a produção intelectual dos professores Mario Moutinho e Maria Célia Teixeira Moura Santos, compilada em seus sites pessoais⁹. Por fim, examinei o Repositório Documental Anotado publicado pelo professor Mário Moutinho (2019), intitulado *Sociomuseologia: ensino e investigação (1991-2018)*, que apresenta “um conjunto de documentos visando dar conta do trabalho desenvolvido desde 1991 no campo da Sociomuseologia pelo atual Departamento de Museologia da ULHT” (p. 13).

Desse modo, acredito que esses procedimentos metodológicos possibilitaram me aproximar do entendimento de Judite Primo e Mário Moutinho (2020) quando sublinharam, no âmbito da Sociomuseologia, a importância de “reconhecer a necessidade de sistematização dos seus pressupostos, de esclarecer metodologias e de atuar no sentido da constituição de um corpo teórico consistente” (p. 27).

O direito e o respeito à diferença

Após identificar o tema e selecionar a questão da pesquisa em torno dos usos terminológicos e nocionais do termo diferença no campo da Sociomuseologia, além de definir os critérios de inclusão e a identificação da amostra conforme detalhei nos procedimentos metodológicos, realizei a categorização e análise dos estudos selecionados na revista *Cadernos de Sociomuseologia* e nas teses em Museologia da Universidade Lusófona.

Nos *Cadernos de Sociomuseologia* pesquisei nas 66 edições do periódico, contemplando exatos trinta anos de publicação ininterrupta e 541 textos (entre editoriais, artigos e documentos): do primeiro número em 1993 até o publicado no segundo semestre de 2023. Após a busca pela palavra diferença no singular e no plural (além de *différence*, *difference*, *diferencia* visando contemplar os textos em francês, inglês e espanhol, idiomas publicados no periódico), estabeleci como critério de inclusão a seleção de trabalhos em que esta palavra fosse mobilizada como um termo para o campo da Museologia:

As denominadas linguagem de especialidades que, em geral, vigoram em ambientes de trabalho ou profissionais, dependentes como outro qualquer da linguagem, não fogem à regra, ainda que tenham seu campo semântico mais circunscrito. Com um menor grau de variação para o significado das palavras em tais ambientes, idealmente, a plasticidade das palavras dá lugar a conceitos específicos, monorreferenciais, relacionais: termos (Cerávolo, 2004, p. 17).

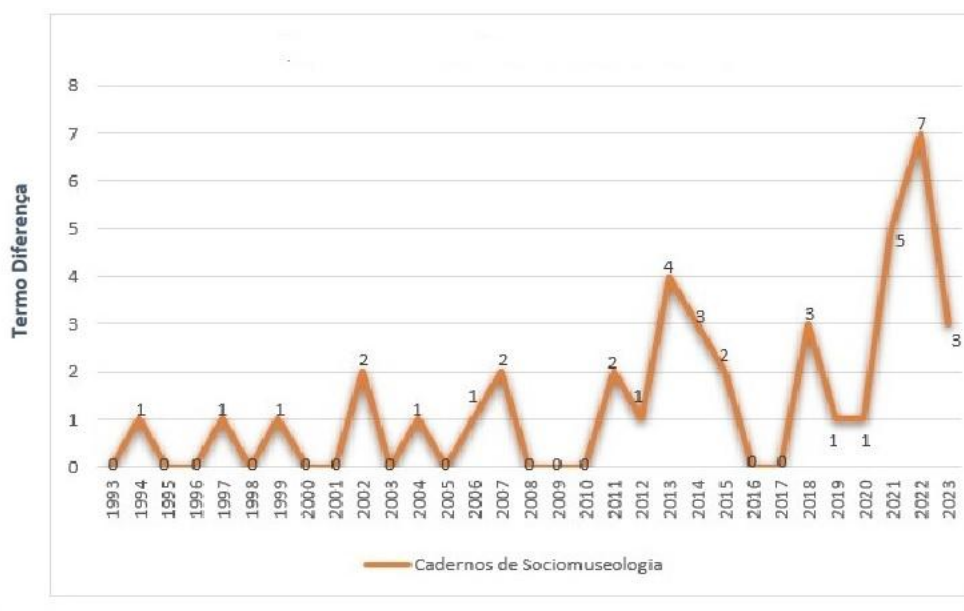
Seguindo esse entendimento, após a identificação e leitura dos textos em que compareciam a palavra diferença, selecionei aqueles em que a palavra foi mobilizada como termo, apresentando conceitos relacionados ao campo da Sociomuseologia ou áreas afins. Portanto, exclui textos em que comparecem a palavra evidenciando, por exemplo, diferenças sociais e culturais, as diferenças tipológicas de museus, as diferenças entre a chamada Museologia normativa e a Nova Museologia, e as mobilizações inter, multi e transdisciplinares entre diferentes áreas do conhecimento.

⁸ Disponíveis em: <https://www.museologia-portugal.net>

⁹ Disponível em: <https://www.mariomoutinho.pt/> e <https://www.mariaceliatms.com.br/>

Após esses critérios, identifiquei 40 textos que mobilizaram o termo diferença ao longo das diferentes edições dos *Cadernos de Sociomuseologia*, conforme evidenciado no gráfico 1:

Gráfico 1 – Incidência do termo diferença nos *Cadernos de Sociomuseologia*



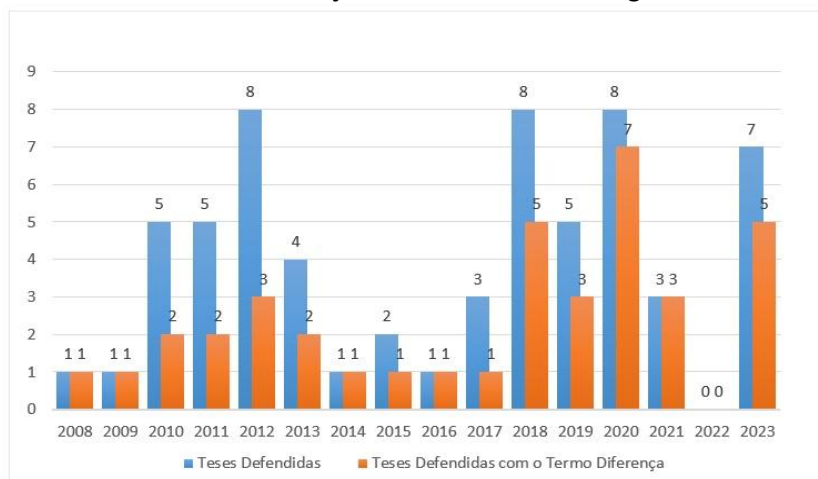
Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

A análise dos dados demonstra inicialmente a presença de três artigos com menção ao termo diferença nos anos de 1994, 1997 e 1999; seis artigos na década seguinte, nos anos 2002, 2004, 2007 e 2008; dezessete artigos na década de 2010, nos anos de 2011, 2012, 2013, 2015, 2018, 2019 e 2020; e quinze artigos nos anos de 2021, 2022 e 2023, o que demonstra um expressivo crescimento do emprego do termo nos *Cadernos* (dobrando a incidência em cada década), entendido como metonímia das discussões da Sociomuseologia enquanto Escola de Pensamento.

Nesse aspecto, é importante reconhecer que o aumento da incidência do termo pode estar relacionado à maior presença do debate sobre diferença no campo da Sociomuseologia, especialmente em virtude das ressonâncias das epistemologias decoloniais na última década, mas também ao estímulo proporcionado pelos dossiês temáticos do periódico. Isso é evidente quando observo, por exemplo, que os anos de maior incidência coincidem com dossiês que privilegiaram debates nocionais ou evidenciaram marcadores sociais da diferença, como os dossiês “Abordagens e conceitos na atuação dos museus” (2013), “Corpos e dissidências nos museus e na Museologia” (2021) e “Sociomuseologia e Educação: releituras de Paulo Freire” (2022).

Além da incidência, a pesquisa identificou que os 40 textos expressam em conjunto uma perspectiva polissêmica para o termo diferença. Após a seleção dos textos, destaquei os trechos em que o termo é aplicado ou conceituado e percebi que ele se torna um atrator conceitual que organiza diferentes perspectivas interpretativas e, algumas vezes, evidencia distintas perspectivas teórico-epistemológicas, como é possível visualizar na figura 1:

Gráfico 3 – Incidência do termo diferença nas teses em Museologia da Universidade Lusófona



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Na análise dos dados identifiquei o termo diferença presente em todos os anos em que foram defendidas teses na Universidade Lusófona, visto que em 2022 não ocorreram defesas, provavelmente devido ao impacto da pandemia de Covid-19. Também visualizei a presença do termo em 15 das 31 teses defendidas nos primeiros dez anos de existência do doutoramento, o que implica considerar que metade dos trabalhos exprimiram um diálogo com o termo, em graus variados, e com distintos conceitos. Os gráficos também demonstram a incidência em 23 das 31 teses defendidas entre os anos de 2018 e 2023, o que denota um expressivo crescimento tanto do número de teses defendidas no programa, quanto do emprego do termo nos trabalhos produzidos.

Nesse aspecto, há uma semelhança nos dados relativos às teses quando comparados aos identificados nos *Cadernos de Sociomuseologia*: um notório aumento da incidência do termo. Certamente as teses indiciam os impactos do debate sobre diferença no campo da Sociomuseologia em decorrência das ressonâncias das epistemologias decoloniais na última década, mas também das reverberações dessas discussões nos *Cadernos de Sociomuseologia*, visto que consistem em uma das principais fontes mobilizadas nos trabalhos de doutoramento.

Além do aumento da incidência, a pesquisa evidenciou nas 38 teses uma mobilização polissêmica do termo diferença. Nas teses, o termo também compareceu como um atrator conceitual, como é possível visualizar na figura 2:

Figura 2 – Diferença como atrator conceitual nas teses em Museologia da Universidade Lusófona



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

A diferença como um dos atratores conceituais nas teses em Sociomuseologia pode ser observada na mobilização do termo, com uma presença muito similar à dos *Cadernos de Sociomuseologia*, especialmente na sua aplicação como “Direito à diferença” ou “Reconhecimento do direito à diferença”

A partir dos diferentes conceitos presentes na amostragem, listei as autorias mais citadas e, conforme visualizado na nuvem de palavras, três autores se destacaram nos trabalhos, respectivamente: o museólogo Mario Moutinho (1995; 2014), com o conceito de “Direito à diferença”; a museóloga Maria Célia Teixeira Moura Santos (2002; 2008), com o conceito de “Respeito à diferença”; e o educador Paulo Freire (1987; 2003; 2008; 2014) com os conceitos de “Respeito à diferença” e “Diferença do outro”.

A maior incidência de citações são dos textos “A Declaração de Québec de 1984” (1995) e “Entre os museus de Foucault e os museus complexos” (2014) em que o museólogo Mario Moutinho utiliza o conceito de “reconhecimento do direito à diferença”. No primeiro texto, quando contextualizou o Ateliê de Québec, a Declaração de Québec e o MINOM, destacou que essas mudanças em torno de uma Museologia Ativa, contribuíram, desde a década de 1980, para reconhecer o direito à diferença no campo da Museologia. Para tanto, embora nesses textos não explicita o conceito, evidencia um novo movimento museológico, marcado por uma multiplicidade de práticas, caracterizada por uma “nova postura museológica, renovadora, criativa e militante” (Moutinho, 1995, p. 29), sugerindo que essa multiplicidade seria configurada pela diferença e que competiria a Museologia promover o reconhecimento da diferença como um direito. Essas problematizações são explicitadas no segundo texto, quando apresentou que as mudanças de paradigmas nos museus e na Museologia “recentraram a atenção da sociedade sobre questões geralmente de grande impacto social: Direitos Humanos, Autodeterminação dos Povos, Igualdade de Género, Liberdade de expressão, Sustentabilidade ambiental, Migrações e crescimento urbano, Modelo de desenvolvimento econômico valorizando o local” (2014, p. 1). Mais uma vez destacou o impacto do Ateliê do Québec, sublinhando como um de seus objetivos: “Estimular novas práticas museológicas reconhecendo o direito à Diferença, por oposição à ideia corrente de Museu dominante” (p. 3) e como a Sociomuseologia consiste em uma reafirmação e uma atualização desse compromisso.

Nesse aspecto, procurei indícios sobre esse entendimento de diferença e possíveis referências que contribuíram para a elaboração do conceito pelo autor. No artigo “Nova Museologia de ontem, Sociomuseologia de hoje: dos processos históricos às tendências atuais”, Mario Moutinho (2012) explicita seu entendimento sobre o direito à diferença no campo dos museus:

O direito à diferença - Deixou de existir um modelo único de Museu igual à ideia de colecção, de edifício e de público, para se assumir o museu com um lugar central dos conceitos de património (s), território e população. Desenvolveram-se novos modelos de gestão não hierarquizados e assumiu-se o alargamento da noção de património, e a consequente redefinição de "objecto museológico". Os conceitos de Ecomuseologia, de Economuseologia, de Sociomuseologia expressam diferentes formas dos museus se posicionarem no mundo contemporâneo (Moutinho, 2012, p. 6).

O autor explicita o direito de coexistirem diferentes formas de museus e de Museologias, em especial perspectivas que valorizam a inclusão social. Além disso, concluiu que “a aceitação deste direito à diferença implica naturalmente também mudanças na formação daqueles que actuam nos museus. Trabalhar com as colecções ou trabalhar com os desafios contemporâneos, ou seja com pessoas, não assenta em idênticas competências” (Moutinho, 2012, p. 4). Desse modo, o direito à diferença se centraria no reconhecimento das diferentes demandas sociais, de uma Museologia que traduziria a valorização dos distintos marcadores sociais.

Em uma pesquisa nos textos de Mario Moutinho, identifiquei de modo explícito duas referências que respaldam seu entendimento de “direito à diferença”: Paulo Freire e Pierre Mayrand. Em um dos artigos em que ele discorria sobre essa terminologia, ele mencionou que “deste ponto de vista a construção de processos dialógicos de Paulo Freire [...] são questões que sustentam as diferentes formas que a museologia contemporânea tem vindo a assumir” (Moutinho, 2014, p. 8). Mais recentemente, ao evidenciar Paulo Freire, Hugues de Varine e Pierre Mayrand como referenciais para a Sociomuseologia, explicitou um conceito para o “direito à diferença”:

Paulo Freire que nos abriu a compreensão de uma educação que servisse aos direitos humanos. [...] Pierre Mayrand que de forma militante nos mostrou o direito à diferença no campo da Museologia e a necessidade de pensar a Museologia presente à luz do que podemos imaginar como Futuro. [...] Mais ampla que a ecomuseologia esta nova realidade clamava pelo direito à diferença, diferença essa

que mais não seria que **o reconhecimento de que os museus afirmavam o seu lugar como atores de mudança, de inclusão social, de afirmação e de identidade**. Ou ainda um projeto por realizar, que Pierre Mayrand enunciou com uma possível e necessária Altermuseologia (Moutinho, 2019, p. 16-22, grifos meus).

Retomando os dados de autoria que compareçam na pesquisa, a segunda incidência de citações são do artigo “Reflexões sobre a Nova Museologia” (2002), posteriormente publicado como capítulo do livro *Encontros museológicos: reflexões sobre a museologia, a educação e o museu* (2008), em que o museóloga Maria Célia Teixeira Moura Santos mobiliza o conceito de “respeito à diferença”.

O pensamento de Maria Célia Teixeira Moura Santos (2008) é impactado pelas confluências entre Museologia e Educação, optando por pensar as políticas educacionais em uma “ação multidisciplinar que enfoque as diferentes maneiras humanas de ser, de estar no mundo e de construção e reconstrução das múltiplas realidades” e concluindo sobre a importância de pensar as ações educativas em uma perspectiva “que tenha como referencial o patrimônio cultural” (p. 33).

Maria Célia Teixeira Moura Santos (2008) também sublinhou a importância do Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM) e, nesse contexto, evidenciou que um de seus méritos foi apontar “[...] os caminhos do respeito à diferença e à pluralidade, para a construção de uma museologia que está aberta às múltiplas realidades”, em prol do “[...] crescimento conjunto, a partir da interação com as comunidades, assumindo o seu compromisso social, na busca da cidadania e do desenvolvimento social” (Santos, 2008, p. 109, grifos meus). Também explicita o reconhecimento de um conceito no âmbito da musealização a partir da busca “[...] do intercâmbio, com base **no respeito à diferença, ou seja, as diversas formas de musealização, destacando a importância do surgimento de novos questionamentos e da construção de novos caminhos por meio de um processo constante de aprendizado**” (p. 108-109, grifos meus).

[...] a abertura dos museus instituídos e dos outros processos museais a fim de que se dê o intercâmbio necessário, **no respeito à diferença, buscando a troca salutar, o enriquecimento com a experiência do outro, o incentivo à criatividade e a abertura de novos caminhos. [...] Aprender com a diferença** (Santos, 2008, p. 121, grifos meus).

Nessa perspectiva, a museóloga compreende o respeito à diferença como parte do compromisso social da Museologia e como resultado de um processo de aprendizado com a diferença. Para tanto, elegeu como referencial significativo o pensamento de Paulo Freire, ao evidenciar um processo de aprendizagem conectado com a diferença e voltado para a transformação do mundo:

A busca de um fazer museológico mais ajustado às diversas realidades históricas, que tem como objetivo “humanizar o homem na ação consciente que esse deve fazer para transformar o mundo”, que tem sido uma constante nas ações museológicas contemporâneas, com certeza, no meu entender, tem um referencial bastante significativo na obra do Prof. Paulo Freire (Santos, 2008, p. 23).

Não sem motivos, Paulo Freire é o terceiro autor mais citado na pesquisa sobre o termo diferença nos textos dos *Cadernos de Sociomuseologia* e nas teses em Museologia na Universidade Lusófona. Na pesquisa aparecem citações dos livros *Pedagogia do oprimido* (1987) e *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa* (2008) em que o pedagogo mobiliza os conceitos de “Diferença do outro”; e de *Pedagogia da esperança – Um reencontro com a Pedagogia do oprimido* (2003) e *Pedagogia da tolerância* (2014) em que menciona o conceito de “Respeito à diferença”.

Na verdade, quando o autor menciona “Diferenças do outro” ele está defendendo o “Respeito à diferença”. Ele afirma, nesse aspecto, a importância da escuta: “escutar, no sentido aqui discutido significa a disponibilidade permanente por parte do sujeito que escuta para a abertura à fala do outro, ao gesto do outro, às diferenças do outro” (Freire, 2008, p. 119), o que também definiu como amorosidade, como acolhimento da diferença do outro, ou seja, “ética da religação, da solidariedade infinita, da rejeição apenas daquilo que rejeita” (Amorim & Calloni, 2017, p. 386).

O respeito à diferença em Paulo Freire pode ser compreendido como rejeição à todas as formas de discriminação e violência:

Faz parte igualmente do pensar certo a rejeição mais decidida a qualquer forma de discriminação. A prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia. Quão longe delas nos achamos quando vivemos a impunidade dos que matam meninos nas ruas, dos que assassinam camponeses que lutam por seus direitos, dos que discriminam os negros, dos que inferiorizam as mulheres. [...] Não têm nada que ver com o bom senso que regula nossos exageros e evita as nossas caminhadas até o ridículo e a insensatez (Freire, 2008, p. 36).

Nesse aspecto, defende uma prática educativa centrada nesse princípio, **“que demanda uma nova ética fundada no respeito às diferenças”** (Freire, 2003, p.157, grifos meus). Em leitura similar, Ivanilde Oliveira (2015) aproxima a educação popular de Paulo Freire do debate sobre interculturalidade, mencionando as seguintes características:

A) relação que estabelece entre cultura e a educação; b) o uso do diálogo como estratégia pedagógica; c) a promoção do empoderamento dos sujeitos que sofrem exclusão social; d) a possibilidade de reflexão crítica e política sobre o processo de humanização-desumanização e da situação social das classes populares; e) o reconhecimento da pluralidade de formas de conhecimento; f) a matriz liberdade construída em seu projeto educacional; g) o debate sobre o multiculturalismo, apresentando questões de gênero, etnia, diferença, solidariedade, alteridade, tolerância, entres outras; h) o trato da educação na perspectiva intercultural crítica (Oliveira, 2015, p. 97).

Não por acaso todas essas características se aproximam dos compromissos da Sociomuseologia como uma Escola de Pensamento e, também, não sem motivos, Mário Moutinho e Maria Célia Teixeira Moura Santos, as duas autorias mais citadas na pesquisa sobre as disposições do termo diferença na Sociomuseologia, se referenciam no pensamento freiriano.

Judite Primo e Mário Moutinho (2021) destacaram a importância de Paulo Freire para a Sociomuseologia, possibilitando uma leitura crítica do mundo a partir de sua educação insurgente. Nesses termos, consideram como seu pensamento impactou o campo da Museologia a partir das “transformações de métodos e do alargamento da compreensão daquilo que tem sido a base de atuação e reflexão destes campos. Desta forma podemos pensar em três elementos estruturante nessa relação insurgente: palavras geradoras, objetos geradores e corpos geradores” (Primo & Moutinho, 2021, p. 33). Inspirados no conceito freiriano de palavras geradoras e em sua reverberação no campo museológico com objetos geradores, os autores evidenciam como a Sociomuseologia pode alargá-los para também valorizar os corpos geradores: “corpos-sujeitos, como corpos-políticos que reivindicam o direito a sua plena expressão, que exigem direito de existência, que exigem respeito pelas suas múltiplas formas de expressão e se ressignificam cotidianamente” (p. 34), ou seja, reivindicam o direito e o respeito à diferença.

Considerações finais

Este artigo sintetiza a pesquisa sobre as ressonâncias do termo diferença na Sociomuseologia, a partir de uma revisão integrativa de literatura nos *Cadernos de Sociomuseologia* e nas teses em Museologia da Universidade Lusófona. Consistiu na continuidade de um debate iniciado em minha tese de doutoramento (Britto, 2019) e que dialoga com autorias que concebem a Sociomuseologia como uma Escola de Pensamento (Bruno, 2020; Primo & Moutinho, 2020).

Para tanto, o intuito foi refletir sobre o campo nocional mobilizado na Sociomuseologia, concebendo a configuração do termo diferença como um dos termos atratores de conceitos. Isso é relevante quando percebo, em diálogo com Mario Moutinho (2007), a necessidade dessa Escola de Pensamento “elaborar e esclarecer relações, noções e conceitos” (p. 1).

Identifiquei na pesquisa um notório crescimento da incidência do termo diferença nos *Cadernos de Sociomuseologia* e nas teses em Museologia da Universidade Lusófona, especialmente a partir de 2018. Também notei uma abordagem polissêmica do termo, com um diálogo crescente com as epistemologias

decoloniais e com a interculturalidade, identificando que as três autorias mais citadas são, respectivamente, Mário Moutinho com o conceito de “direito à diferença”; Maria Célia Teixeira Moura Santos e “respeito à diferença”; e Paulo Freire, a partir dos conceitos “diferença do outro” e “respeito à diferença”.

O trabalho consistiu em uma ação de autoreflexividade na medida em que também integro essa Escola de Pensamento e, ao mesmo tempo, concluo sobre a importância de estudos terminológicos, na análise de termos e conceitos em torno, por exemplo, das “noções de cultura, patrimônio, memória, comunidade, educação, participação, diferença, processo museal, diversidade e territorialidade, tão caras à sociomuseologia” (Chagas, Primo, Assunção & Storino, 2020, p. 75).

Referências

- ABREU, R. (2010). A patrimonialização das diferenças: usos da categoria “conhecimento tradicional” no contexto de uma nova ordem discursiva. In: BARRIO, A. R.; MOTTA, A. & GOMES, M. H. (Org.). *Inovação cultural, patrimônio e educação*. Recife: Editora Massangana.
- ACOSTA, A. (2016). *O bem viver: uma oportunidade para ver outros mundos* (Tadeu Breda, Trad.). São Paulo: Autonomia Literária/Elefante.
- ADOTEVI, S. (1992). Le Musée inversion de la vie. In: DESVALLÉS, A. (Dir.). *Vagues: une anthologie de la nouvelle muséologie*. Paris: W. M. N. E. S, p.119-138.
- AMORIM, F. & CALLONI, H. (2017). Sobre o conceito de amorosidade em Paulo Freire. *Conjectura: Filos. Educ.*, Caxias do Sul, v. 22, n. 2, p. 380-392, maio/ago.
- BILÉSSIMO, A. R. (2020). Construindo a Sociomuseologia: uma análise das teses defendidas no Doutorado em Museologia da ULHT (2008-2020). *Cadernos de Sociomuseologia*, Lisboa, v. 60, n. 16, p. 21-41.
- BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. A. & MACEDO, M. (2011). O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. *Gestão e Sociedade*, Belo Horizonte, v. 5, n. 11, p. 121-136, maio/ago.
- BRITTO, C. C.; PEREIRA, M. R. N. & TEIXEIRA, M. G. S. (2023). “Nada será como antes”: museus, coleções e epistemologias decoloniais. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 57, p. 1-17.
- BRITTO, C. C. (2021). Descolonizar as lutas: mulheres sertanejas e processos museológicos comunitários no Nordeste do Brasil. In: PRIMO, J. & MOUTINHO, M. (Ed.). *Sociomuseologia: por uma leitura crítica do mundo*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, p. 33-52.
- BRITTO, C. C. (2020). “As palavras continuam com os seus deslimites”: reflexões sobre Sociomuseologia e linguagem de especialidade. In: PRIMO, J. & MOUTINHO, M. (Ed.). *Teoria e prática da Sociomuseologia*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, p. 65-86.
- BRITTO, C. C. (2019). ‘*Nossa maçã é que come Eva*’: a poética de Manoel de Barros e os lugares epistêmicos das Museologias Indisciplinadas no Brasil. Tese (Doutorado em Museologia), Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa.
- BRUNO, M. C. O. (2020). Sinergias e enfrentamentos: As rotas percorridas que aproximam a museologia da sociomuseologia. In: PRIMO, J. & MOUTINHO, M. (Ed.). *Teoria e prática da Sociomuseologia*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, p. 39-64.
- BRUNO, M. C. O. (2007). Museus e Patrimônio Universal. *V Encontro do ICOM Brasil – Fórum dos Museus de Pernambuco*, Recife.
- BRUNO, M. C. O. (1997). Museologia e museus: como implantar as novas tendências. *Cadernos de Sociomuseologia*, Lisboa, v. 10, n. 10, p. 7-11.
- CHAGAS, M.; PRIMO, J.; ASSUNÇÃO, P. & STORINO, C. (2020). A museologia e a construção de sua dimensão social: olhares e caminhos. In: PRIMO, J. & MOUTINHO, M. (Ed.). *Introdução à Sociomuseologia*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, p. 53-76.

- CHAGAS, M. & STORINO, C. (2014). Museu, patrimônio e cidade: camadas de sentido em Paraty. *Cadernos de Sociomuseologia*, Lisboa, v. 47, n. 3, p. 71-90.
- CERÁVOLO, S. M. & TÁLAMO, M. F. G. M. (2008). Linguagem de especialidade e a elaboração da noção de campo científico: o caso da Museologia. *IX ENANCIB*, Universidade de São Paulo.
- CERÁVOLO, S. M. (2004). *Da palavra ao termo: um caminho para compreender Museologia*. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação), Universidade de São Paulo, São Paulo.
- COSTA, J. B. & GROSGOUEL, R. (2016). Decolonialidade e perspectiva negra. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 31, n. 1.
- DELEUZE, G. (2006). *Diferença e repetição*. 2 ed. Rio de Janeiro: Graal.
- FAULSTICH, E. (2006). A socioterminologia na comunicação científica e técnica. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 58, n. 2, p. 27-31.
- FIGURELLI, G. R. (2012). O público esquecido – serviço educativo: estudo de caso sobre um programa educativo direcionado aos funcionários de museu. *Cadernos de Sociomuseologia*, Lisboa, n. 44.
- FREIRE, P. (2014). *Pedagogia da tolerância*. 4 ed. São Paulo: Paz e Terra.
- FREIRE, P. (2008). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra.
- FREIRE, P. (2003). *Pedagogia da esperança – Um reencontro com a Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra.
- FREIRE, P. (1987). *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra.
- GROSGOUEL, R. (2008). Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 80.
- GROSGOUEL, R. (2007). Dilemas dos estudos étnicos norte-americanos: multiculturalismo identitário, colonização disciplinar e epistemologias decoloniais. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 59, n. 2.
- HONNETH, A. (2003). *A luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34.
- KUHN, T. S. (2007). *A estrutura das revoluções científicas*. 10. ed. São Paulo: Perspectiva.
- MAYRAND, P. (2004). Haute-Beauce: psychosociologie d'un écomusée précis. *Cadernos de Sociomuseologia*, Lisboa, v. 22, n. 22.
- MIGNOLO, W. (2020). A geopolítica do conhecimento e a diferença colonial. *Revista Lusófona de Educação*, n. 48, p. 187-224.
- MIGNOLO, W. (2008). Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF*, Niterói, n. 34, p. 287-324.
- MOREIRA, F. J. M. (2008). *O turismo e os museus nas estratégias e nas práticas de desenvolvimento territorial*. Tese (Doutorado em Museologia), Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa.
- MOUTINHO, M. (2019). *Sociomuseologia: ensino e investigação (1991-2018) – Repositório documental anotado*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- MOUTINHO, M. (2014). Entre os museus de Foucault e os museus complexos. *Revista Musas*, Setúbal, p. 1-9.
- MOUTINHO, M. (2012). Nova Museologia de ontem, Sociomuseologia de hoje: dos processos históricos às tendências atuais. *Revista de Museologia*, Associação Espanhola de Museólogos, Madrid, n. 53, p. 30-34.
- MOUTINHO, M. (2007). *Definição evolutiva de Sociomuseologia*. *Cadernos de Sociomuseologia*, Lisboa, n. 28, v. 28, p. 1-22.

- MOUTINHO, M. (1995). A Declaração de Québec de 1984. In: ARAÚJO, M. M.; BRUNO, M. C. O. (Org.). *A memória do pensamento museológico contemporâneo: documentos e depoimentos*. São Paulo: Comitê Brasileiro do ICOM, p. 26-29.
- OLIVEIRA, I. A. (2015). *Paulo Freire: gênese da educação intercultural no Brasil*. Curitiba: CRV.
- PEREIRA, M. R. N. (2018). *Museologia Decolonial: os Pontos de Memória e a insurgência do fazer museal*. Tese (Doutorado em Museologia), Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa.
- PETERS, M. (2000). *Pós-estruturalismo e filosofia da diferença*. Belo Horizonte: Autêntica.
- PRIMO, J. & MOUTINHO, M. (2021). Sociomuseologia e Decolonialidade: contexto e desafios para uma releitura do Mundo. In: PRIMO, J. & MOUTINHO, M. (Ed.). *Teoria e prática da Sociomuseologia*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, p. 19-38.
- PRIMO, J. & MOUTINHO, M. (2020). Referências teóricas da Sociomuseologia. In: PRIMO, J. & MOUTINHO, M. (Ed.). *Introdução à Sociomuseologia*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, p. 17-34.
- PRIMO, J. & MOUTINHO, M. (2012). O ensino da museologia na perspectiva da Sociomuseologia. *Atas do VI Encontro de Museus de Países e comunidades de Língua Portuguesa*. Comissão Nacional Portuguesa do ICOM, Lisboa.
- PRIMO, J. & SOTO, M. (2022). Pelos caminhos da Museologia e da Educação: sociomuseologia, cidadania e diversidade cultural. *Cadernos de Sociomuseologia*, Lisboa, v. 63, n. 19, p. 9-20.
- SAGER, J.; DUNGWORTH, D. & MCDONALD, P. (1980). *English Special Languages: principles and practice in science and technology*. Wiesbaden: Oscar Brandstetter.
- SANTOS, A. B. (2023). *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora.
- SANTOS, K. K. P. (2023). *Educação museal e Feminismos no Brasil: silenciamentos, estranhamentos e diálogos a partir de um olhar interseccional e decolonial*. Tese (Doutorado em Museologia), Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa.
- SANTOS, M. C. T. M. (2008). *Encontros museológicos: reflexões sobre a museologia, a educação e o museu*. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN/DEMU.
- SANTOS, M. C. T. M. (2002). Reflexões sobre a Nova Museologia. *Cadernos de Sociomuseologia*, Lisboa, n. 18.
- VARINE, H. (2019). Entrevista. In: SANTOS JÚNIOR, R. F. *Por uma "Museologia da Libertação": impactos do pensamento de Hugues de Varine no campo museal brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Museologia), Universidade Federal da Bahia.
- WALSH, C. (2019). Interculturalidade e decolonialidade do poder um pensamento e posicionamento "outro" a partir da diferença colonial. *Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas*, Pelotas, n. 5, v. 1, p. 6-38.